
O USO DO LIVRO DIDÁTICO E DA ESCOLA COMO FERRAMENTA PARA REPRODUÇÃO DO PENSAMENTO DOMINANTE E SUAS RESISTÊNCIAS

José Itamar Sales da Silva¹

Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

itamaramigo@hotmail.com

Resumo

Os livros didáticos adotados nos sistemas escolares trazem em seu conteúdo conceitos, pensamentos e valores de cunho ideológico que quase sempre refletem o pensamento hegemônico, atestando a “impossibilidade” da neutralidade e da liberdade de expressão. A produção do conhecimento a nível pedagógico e didático está cada vez mais cerceada pelo vigilante aparelho ideológico da classe dominante, que controla a “matrix” através de um “poder invisível”, que conta com a participação hierarquizada de todos seus atores, que embora apresentem resistência contribuem de alguma forma para reproduzir a ideologia que interessa a quem parece dominar o sistema em geral.

Palavras-chave: Ideologia; Marxismo; História; Poder Simbólico; Reprodutivismo.

THE USE OF THE SCHOOL TEXTBOOK AS A TOOL FOR THE REPRODUCTION OF THE DOMINANT THINKING AND ITS RESISTANCE

Abstract

The textbooks adopted in school systems comprise concepts, thoughts and ideological values that often

¹ Graduado em Licenciatura em História (UFPB), Especialista em Administração(UEPB), Mestre em Literatura e Interculturalidade (UEPB) Doutorando em Ciências Sociais pela UFCG e escritor do livro: A Representação da Sogra na Obra de Leandro Gomes de Barros (2011). Atuo como professor de História da rede privada de ensino

reflect the dominant thinking, granting the "impossibility" of neutrality and freedom of speech. The production of knowledge in terms of pedagogical and didactical level is increasingly curtailed by the watchful ideological apparatus of the ruling class, which controls the "matrix" through an "invisible power", which includes the hierarchical participation of all its actors, and which, although presenting some resistance, contributes in some way to reproduce the ideology that interests to whoever seems to dominate the system in general.

Keywords: Ideology, Marxism, History, Symbolic Power; Reproductivism.

Honrar um pensador não é elogiá-lo, nem mesmo interpretá-lo. Mas discutir sua obra, mantendo-o, dessa forma, vivo, e demonstrando, em ato, que ele desafia o tempo e mantém sua relevância. (Cornelius Castoriadis)

O entendimento de alguns intérpretes da teoria marxista era de que após a deflagração e implantação do “Socialismo” na Rússia em 1917, a experiência deveria ser espalhada por todo mundo. Logo após a Segunda Guerra Mundial com a consolidação das duas potências, Estados Unidos e Rússia, que representavam respectivamente o Capitalismo e o Socialismo, houve uma tentativa por parte das potências de “cooptar o mundo para si”. Durante a chamada Guerra fria, EUA e Rússia bipolarizaram o mundo tentando doutrinar ideologicamente e atrair seguidores para si.

Convencer o resto do mundo de que, os ideais do Capitalismo e do Socialismo seriam as melhores alternativas para a humanidade, levou principalmente a Rússia e aos EUA a investirem em um forte aparelho ideológico com tentáculos que penetravam todas as instâncias da sociedade. Essa força ideológica se fez presente principalmente através da cultura e da educação bombardeando e adestrando as pessoas, a seguirem após, os princípios explicitados por ela. São incontáveis os exemplos desta massificação ideológica, como podemos citar como exemplo, a veiculação de filmes norte-americanos que pregavam o “American way of life”, o modo de vida americano capitalista, como modelo de civilidade, progresso e felicidade. Através desta penetração

cultural os países que foram “vítimas” de sua influência, passaram a desejar e consumir o modo de vida capitalista como sendo ideal, refletindo assim, outro princípio que dizia que: “O que é bom para os Estados Unidos, é bom para todo mundo”.

São inúmeros os personagens criados, e que ficaram conhecidos no mundo inteiro como grandes heróis da humanidade, que por coincidência eram todos americanos tais como: Capitão América, Super Homem, Homem Aranha e Mulher Maravilha. Esses personagens ostentavam roupas que claramente eram identificadas como sendo as cores da bandeira americana, e expressavam claramente no enredo de suas histórias os valores do capitalismo. Esses personagens foram criados entre 1938-1943, e sublimarmente era veiculado em seu bojo ideológico que caberia aos EUA, como representante da “democracia e da liberdade” libertar e salvar a humanidade dos vilões nazi-facistas, que a época aterrorizavam o mundo.

No decorrer das décadas, os personagens foram sendo re-caracterizados, de acordo com a época. Assim, com o fim da Segunda Guerra, entra em cena outro conflito, a Guerra Fria, entre EUA e URSS. Este conflito durou até o início da década de 1990, com o fim da União Soviética. Capitão América, que no período anterior lutava contra o nazi-fascismo, passou a enfrentar um novo desafio, um vilão conhecido como Caveira Vermelha, sendo uma clara alusão ao vermelho comunista aqui retratado por uma abominável caveira. Os valores, conceitos e produtos do capitalismo norte-americanos foram espalhados por todo o mundo, de forma estrategicamente orquestrada, através de filmes, propagandas, modas, marketing, ações sociais, filantropia, manuais escolares entre outras alternativas.

Outro exemplo que podemos utilizar desta doutrinação dos ideais capitalistas, são alguns personagens de histórias em quadrinhos, tais como o Tio Patinhas, que reproduz a lógica capitalista, ou seja, o dinheiro e a acumulação de bens como fator predominante. Frequentemente Tio Patinhas juntamente com Donald e seus sobrinhos estão envolvidos, em expedições á terras distantes e ‘imaginárias’ em sua busca desenfreada por mais dinheiro. Os povos longínquos que são vítimas deles, são apresentados como ingênuos, tribalizados e atrasados. Esses povos são na verdade, países emergentes, em especial os países da América latina. Outro detalhe que chama

atenção é que os “índios” mostrados nas expedições do Tio Patinhas em busca de ouro, são sempre inimigos, e não os donos legítimos destas terras. Desde pequenas as crianças são ensinadas que o avanço e o progresso tecnológico são conseguidos através da ambição, domínio e força dos poderosos sobre os “fracos”.

O Socialismo por sua vez, tentou através de outras estratégias “conscientizar” as nações em geral da realidade da exploração capitalista e apresentar a alternativa dos ideais socialistas para todos como uma forma mais justa e igualitária de sociedade. O desejo de levar os ideais socialistas para outras realidades fazia parte de uma orientação partidária que defendia que o Socialismo não deveria se restringir a Rússia, mas que deveria levada a todas as nações.

Essa idéia de espalhar o socialismo pelo mundo tornando-o universal contrariava os stalinistas que defendiam “o Socialismo em um só país” (Rússia). No entanto, havia aqueles que enxergavam o contrário do que Stalin pregava. A literatura socialista centralizada nos escritos de Karl Marx foi disseminada por toda a Europa, parte da Ásia, África e América, através de intelectuais, ativistas e militantes que logo fundaram partidos “comunistas” e se infiltraram em sindicatos na tentativa de organizar os trabalhadores para a “revolução”.

Vladimir Lênin um dos principais defensores dos ideais comunistas acreditava que as idéias socialistas deveriam ser simplificadas e apresentadas ao povo de forma didática, clara e objetiva. Muitos dos princípios teóricos de Marx foram traduzidos e adaptados em linguagem simples para que os operários fossem instruídos e informados do que era o sistema capitalista na realidade e como os trabalhadores unidos deveriam tomar o poder através da luta armada e estabelecer a “ditadura do proletariado”.

Na América Latina as idéias marxistas tornaram-se popularmente conhecidas, na década de 70, durante e em resistência as famosas ditaduras militares, através de publicações denominadas de *Cadernos de Educação Popular* organizados pela socióloga chilena Martha Harnecker e Gabriela Uribe, em sete volumes que traziam os títulos: A Exploração Capitalista, Explorados e Exploradores, Monopólios e Miséria, Luta de Classes, Capitalismo e Socialismo, Imperialismo e Dependência e Socialismo e

Comunismo. Os *Cadernos de Educação Popular* eram extremamente didáticos e utilizava-se de uma linguagem simples e esclarecedora que visava informar, instruir, alertar e organizar os operários e o povo em geral das reais intenções do capitalismo e apresentar aos trabalhadores alternativas de resistência, estratégias e mudanças propostas por uma possível revolução socialista. Acreditava-se que o conhecimento da realidade daria as classes populares à consciência que eles precisavam, para unir-se contra os grilhões da exploração e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. O conhecimento seria a porta de abertura para a consciência de classe e uma posterior emancipação. Os cadernos de educação populares se espalharam pela América, principalmente, chegando ao Brasil ainda durante a Ditadura militar, onde pessoas que simpatizavam com as idéias marxistas passaram a consumir e criar núcleos de estudos criados pelo partido Comunista do Brasil visando instruir as pessoas em geral e recrutá-las para a causa revolucionária. Inicialmente o alvo era os operários e camponeses, mas se estenderam para os estudantes (universitários) e a população em geral.

Não obstante o fato de Marx ser um intelectual de grande conhecimento e profundidade nos temas em que se propôs a discutir, ele desejava que suas reflexões fossem assimiladas pelo mais simples dos operários, a exemplo de quando escreveu o famoso *Manifesto Comunista* em 1848. Marx acreditava que o conhecimento da realidade era uma condição *sine qua non* para “o despertar” da consciência de classe. Marx não era um “intelectual de gabinete”, mas sim um militante engajado e identificado com a luta dos trabalhadores, ele não se propunha a simplesmente explicar e filosofar a respeito da sociedade (como muitos intelectuais das academias fazem até hoje), mas sim engajar-se na luta para transformação da sociedade. Marx participou de diversos movimentos e lutas populares na Europa e conheceu de perto a situação dos trabalhadores vítimas da expropriação do capitalismo. Muito do que Marx escreveu foi produto de suas vivências e reflexões junto à prática revolucionária, observação da realidade operária e da conjuntura como um todo.

Como o linguajar de Marx era de um nível muito alto, os seus simpatizantes e seguidores “atreveram-se” a traduzi-lo e simplificá-lo. É bem verdade que algumas traduções e simplificações acabaram por “mutilar” algumas idéias de Marx e até

distorcê-las, tornando Marx um vidente, um determinista, um dogmático. Wladimir Lênin chama aqueles que distorcem as idéias de Marx de “oportunistas”, ao propor fazer uma revisão da teoria marxista: “[...] Passemos em revista a doutrina de Marx e Engels sobre o Estado, detendo-nos mais demoradamente nos pontos esquecidos ou desvirtuados pelo oportunismo.” (LÊNIN, 2007, p. 2).

Lênin a partir dos escritos de Marx escreveu várias obras com esse fim, como podemos citar como exemplo o livro: *O Estado e a Revolução*, onde ele tentou cumprir o papel de conscientizar as classes populares por meio de reflexões acerca do Estado e os caminhos a serem percorridos para a revolução, chamando a atenção para importância do conhecimento da realidade: [...] “Pois fará as massas compreenderem o que devem fazer para se libertarem do jugo capitalista em um futuro próximo” (LÊNIN, 2007, p. 3).

Marx não viveu para ver o que fizeram de seu pensamento, aqueles que diziam seguir suas idéias, a exemplo de Stalin, que prestou um enorme desserviço à causa revolucionária, tornando-se um ditador implacável que distorceu o marxismo, tornando-se tão dogmático e alienante tal qual a ideologia capitalista, pois assim como o capitalismo tratou de instruir as suas crianças com sua ideologia, a exemplo do que era ensinado nas escolas, sendo no dizer de Bourdieu uma escola reprodutivista. Stalin por sua vez substituiu certas idéias por ele consideradas alienantes tais como a idéia de Deus, instruindo suas crianças a clamarem por Deus pedindo guloseimas, sem nada receber, e em seguida as crianças eram instruídas a clamar por Stalin, sendo assim surpreendidos por uma saraivada de bombons e guloseimas que o “deus” Stalin a eles concedera. Este exemplo não somente demonstra o caráter dogmático do stalinismo, como também querendo ou não perpetua o conceito religioso de Deus, apenas substituindo o Deus católico pelo deus Stalin, estabelecendo assim o culto a sua personalidade, destruindo e eliminando todos os que a ele se opusessem.

Definitivamente essa não foi à forma idealizada por Marx de instruir as massas fazendo-as despertar da estrutura inebriante e aprisionadora do capitalismo. O Stalinismo falhou grosseiramente deixando marcas profundas na Rússia, produzindo fissuras irreparáveis, que culminariam na queda do Socialismo da União Soviética e do

Leste Europeu. Ainda hoje críticos, do mundo inteiro, apontam o stalinismo como exemplo do fracasso do socialismo, como se Stalin tivesse seguido e aplicado as idéias de Karl Marx, incorrendo esses críticos em um lerdo e crasso engano. O ódio pelas idéias de Karl Marx parece não ter fim, mesmo depois de morto há tanto tempo (1883) o seu fantasma reaparece nas palavras e acusações de seus algozes que não o deixam “descansar em paz”. Vários conceitos de Marx foram jogados na “lata do lixo” e desprezadas as suas contribuições para a História e para o desenvolvimento das relações humanas e sociais. Nbert Elias denunciou essa prática de se “jogar fora o bebê com a água de banho”, ao comentar que:

Originalmente, o conceito de desenvolvimento foi abolido dos livros de história por se relacionar a uma teoria específica do progresso da humanidade, ligada ao credo marxista. Simplesmente jogou-se fora o bebê com a água do banho (ELIAS, 2006, p. 66).

Nos nossos dias temos assistido um renascimento do interesse por Marx, ainda que velado, pelo medo dos intelectuais de parecerem retrógados, por deixarem de seguir os modismos ideológicos que os mantêm em posições cômodas. O pensamento de Marx continua “incomodando” a muitos, pois as suas idéias ainda que sejam passíveis de críticas e “revisões”, se constituem ainda hoje em uma das formas mais claras, de explicação dos fenômenos sociais. Karl Marx foi reconhecidamente um “gênio” do conhecimento, um homem a frente do seu tempo, que como poucos conseguiram perceber a sociedade e seus reais problemas. Pela sua genialidade Marx versou sobre diversas áreas do conhecimento, tornando-se possuidor de um invejável cabedal de conhecimento, bem com de um rico e complexo vocabulário. Marx procurou ao máximo simplificar suas idéias no intuito de atingir e fazer despertar, principalmente as classes populares. Marx se acerbou de vários intelectuais que o ajudaram a traduzir suas idéias ao nível dos operários, tais como o seu companheiro Friedrich Engels. Após a sua morte muitos dos seus inconclusos escritos foram editados e divulgados, visando alcançar o máximo de pessoas possível. Dos dias de Marx até hoje, surgiram muitos marxistas que nem sempre souberam interpretar suas idéias. A forma de Marx explicar os acontecimentos históricos tornando o homem como sujeito da história, ainda hoje tem muitos adeptos entre muitos pensadores, inclusive professores, que vêem essa forma de

“contar” a história, como uma forma simples, concisa, didática e clara, que torna aos olhos de quem a estuda, a história muito mais atraente, lógica e interessante.

Os conceitos de Estado, classes sociais, ideologia, alienação, expropriação, luta de classes, desenvolvimento, capitalismo entre outros foram utilizados por militantes marxistas do mundo inteiro, adaptando-os as suas respectivas realidades tornando as idéias de Marx o mais didático possível, a exemplo da já citada Martha Wernecker com os seus cadernos populares que povoaram América latina na década de 1970.

No Brasil, as idéias de Marx sempre foram vistas como ameaçadoras e subversivas, sendo veiculadas quase que sempre de forma anônima e velada. O governo republicano brasileiro (com algumas exceções) sempre perseguiu e cassou as ideais “comunistas” associadas ao “maligno” Karl Marx. Desde o Estado novo no Brasil registra-se uma manipulação ideológica e perseguição a outras versões de pensamento que contrariassem sua cartilha ideológica. O auge da perseguição ao “finado” Marx, foi durante a ditadura militar, onde professores (principalmente de História) passaram a ser “responsabilizados” pela ditadura e pelo crescimento das idéias “vermelhas”. Andar com um livro de cor vermelha era motivo para atrair a desconfiança e escrutínio dos militares, que enxergavam nesta atitude, uma demonstração de ser um “comunista em potencial”.

Na década de 1980, quando a ditadura militar já dava sinais de convalescência, várias universidades brasileiras, manifestavam de forma ainda velada sua simpatia pelas idéias de Marx. Com o fim da ditadura, Marx virou “moda” e sinônimo de status no Brasil. Muitos intelectuais faziam questão de portar livros de Marx e discursar a respeito de suas idéias. A história oficial que era ensinada nas escolas passou a ser questionada e na década de 1990 alguns historiadores assumidamente marxistas passaram a produzir livros didáticos que questionavam a visão oficial da história que até então propagava idéias positivistas de uma história feita por grandes vultos e heróis sem a participação popular. Na história dita oficial não havia lugar para questionamentos e críticas. A história oficial contribuiu para apatia e desinteresse dos alunos que enxergavam assim a disciplina de história, como sendo apenas um amontoado de datas,

listas de nomes de reis, presidentes, generais e ministros, nome de tratados e batalhas e pessoas, uma verdadeira decoreba, sem sentido e utilidade.

Historiadores marxistas começaram assim a produzir livros didáticos que ofereciam às pessoas a possibilidade de perceber os dois lados da história, através de uma história crítica contada de forma dinâmica. Os principais autores eram: Gilberto Cotrim, Carlos Guilherme Motta, Nelson Piletti, Flávio Campos e Mário Schmidt. Esses autores como “simpatizantes” das idéias de Marx, incluíram em seus livros didáticos, também o método do Materialismo Histórico, para explicar a História, como tentativa de instruir os alunos de forma crítica. Por incrível que pareça foi somente em 2007 (22 anos após o fim da ditadura no Brasil) que os conteúdos dos livros didáticos começaram a incomodar, sendo promovida uma verdadeira “caça as bruxas”. Novamente o fantasma do Marx voltava para “assombrar” alguém. O autor que foi o protagonista da nova novela ideológica em questão foi o historiador carioca Mário Furley Schmidt, e a sua publicação foi à coleção de livros do ensino fundamental e médio intitulada de *Nova História Crítica* editada pela Nova Geração, que ao contrário das outras grandes editoras de livro didático no Brasil (que são multinacionais) é uma editora genuinamente brasileira.

Os livros do Schmidt se tornaram um fenômeno editorial, sendo adotados, indicados e respaldados pelo Ministério da Educação e Cultura, que possibilitou que alunos da escola pública de todo o Brasil conhecessem uma nova forma de contar a História do Brasil e do mundo. Mario Furley Schmidt foi o autor que mais vendeu livros de História no país. Com 10 milhões de exemplares, sua coleção *Nova História Crítica* foi lida por cerca de 30 milhões de estudantes. No Brasil, Schmidt vendeu cinco vezes mais que *O Alquimista*, de Paulo Coelho, e quatro vezes mais que *O Código Da Vinci*, de Dan Brown. A coleção de livros didáticos *Nova História Crítica* (1995), do historiador Mario Schmidt, publicada pela editora *Nova Geração*, destinada a alunos do ensino fundamental, fazia, até pouco tempo atrás, parte da relação de livros recomendados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Livro de enorme sucesso, a coleção tinha sido escolhida por uma esmagadora maioria de professores e, até o ano de 2007, foi distribuída em grande quantidade e gratuitamente a escolas públicas de

ensino fundamental de todo Brasil, sem falarmos nas escolas privadas que adotaram o livro também por muitos anos.

A polêmica com relação à reprodução de algumas idéias de Marx iniciou-se com a interferência da “toda poderosa rede Globo” na discussão do que estava sendo ensinado aos alunos brasileiros em termos de História na rede pública e privada. Tudo começou quando o diretor de jornalismo da Globo Ali Kamel (que não tem formação em História, nem na área de educação), escreveu no jornal *O Globo* e na revista *Época*, que por sua vez repercutiu em outras revistas como a *Veja* e na TV Globo, uma ferrenha crítica aos livros didáticos do ensino fundamental e médio, do professor Mário Nova *História Crítica*. Kamel usando-se do “quarto poder” conseguiu cassar os livros e atrair para si a simpatia daqueles que se sentem incomodados em que o povo em geral consiga enxergar e conscientizar-se que a História do Brasil e do mundo tem pelo menos uma outra versão. Coincidência ou não, o livro (destinado ao 9º ano) que foi o principal alvo de Kamel, traz em suas páginas um comentário sobre o poder alienante da Rede Globo e sua associação com a ditadura militar e culmina com uma charge, retratando uma família “vidrada” na telinha global (página 286):



O livro, porém, foi excluído do *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD) após a publicação, no jornal *O Globo*, em setembro de 2007, do artigo *O que ensinam às nossas crianças?* de autoria de Ali Kamel, no qual o jornalista faz contundentes críticas à publicação, alegando que os livros apresentavam erros conceituais, falhas de

informação e incoerência metodológica. Além disso, Kamel afirma que o material faz apologia ao socialismo e enaltece líderes comunistas como Mao-Tsé-Tung e Fidel Castro. O jornalista encerra seu artigo dizendo que a coleção de Mario Schmidt tenta fazer uma “lavagem cerebral” nos estudantes e faz um apelo, incitando as autoridades a dificultarem o acesso ao livro.

Na cidade de Campina Grande-PB, os professores de algumas escolas privadas que adotavam o livro do professor Mário, foram “convidados” a retirar o livro e substituir por outro que agradasse ao MEC. Professores, pais e alunos que já comemoravam há alguns anos o retorno do prazer de estudar uma nova História, tiveram seus sonhos abruptamente interrompidos pela truculência de Kamel, pela frouxidão do MEC e pelo medo dos donos de escolas de contrariar o MEC, a Rede Globo e ficar fora do mercado capitalista. Alguns professores tentaram contra-argumentar e mostrar as qualidades dos livros em questão, mas sem sucesso. Os professores procuraram até os cursos de História das universidades públicas da Paraíba, para pedir ajuda, haja vista que era um historiador e sua obra que estavam sendo “cassados” pela poderosa Globo, sem direito de defesa. Os professores que contataram o curso de História da cidade de Campina Grande-PB receberam um enorme “silêncio” como resposta. É plenamente “compreensível” essa postura dos professores da Academia, pois se tratava de defender idéias e pensamentos do incomodo Karl Marx, que desde o final da década de 1990, já havia sido “superado” pelas novas tendências teóricas metodológicas que estavam em moda e não mais comungavam com o ultrapassado jeito marxista de contar a História. Afinal quem iria contrariar a toda poderosa rede Globo? Porém, vez por outra, os acadêmicos das universidades são traídos pela própria fala, pois mesmo ojerizando Marx e rejeitando “totalmente” a sua contribuição a ciência, esses intelectuais ainda utilizam o “maldito” Marx, na explicação da História ainda hoje, mas com um simples detalhe: *contam o milagre sem mencionar o nome do santo*, ou seja, conscientes ou não eles reproduzem algumas idéias de Marx, mas não utilizam em absoluto o seu nome, que já foi banido de alguns cursos de História no Brasil.

O artigo de Kamel e o veto ao livro por parte do MEC provocaram diferentes reações veiculadas na Internet e na mídia em geral. Estudiosos, pais, professores, políticos e jornalistas posicionaram-se a respeito da polêmica, em alguns casos concordando com as afirmações de que a coleção didática veicula propaganda comunista, em outros, contra-argumentando que o material apresenta os fatos históricos de forma crítica, clara e acessível ao público a que se destina. O próprio autor dos livros, Mario Schmidt, juntamente com a editora responsável pela publicação da coleção, divulgou um artigo em resposta às críticas sofridas, intitulado *O livro didático que a Globo quer proibir*. Nele, o historiador afirma que a proposta do material didático não é de que os estudantes adotem um determinado posicionamento ideológico, mas de que assumam uma postura crítica com relação aos fatos históricos. O artigo ainda acusa Kamel de citar trechos do livro isolados de seu contexto, na tentativa de fazer com que a série pareça um “manual de catecismo marxista” e de omitir passagens nas quais o autor aponta falhas do regime socialista. Ao final de seu texto, Schmidt insinua que a postura de Kamel traz à tona períodos de censura, como o dos campos de concentração nazistas e do regime ditatorial de 1964. Kamel em publicação jornalística chama atenção para o que ele considera de doutrinação e proselitismo marxista:



Porque será que o Sistema Globo se mostrou tão preocupado com o que nossas crianças estão aprendendo na escola? O Sistema Globo nunca se importou que nossas crianças aprendessem uma “História Oficial” que apresentava os valores capitalistas como ideais e os comunistas como “demoníacos”? Nunca se importou que a História fosse feita apenas por “heróis” sem a participação popular? Nunca questionou a beligerância do mundo capitalista que nunca respeitou a soberania dos países “emergentes”? Nunca se importou com o silêncio dos livros didáticos que omitiram os assassinatos e destruição causados pelos governos militares em nome da “ordem e do

progresso”? O que seria mais “danoso e nocivo” as nossas crianças, aprenderem em livros que apresentam um método de contar a História que possibilita aos mesmos pensarem e construírem um raciocínio crítico e participativo? Ou serem expostos a programas veiculados pela Globo que pervertem os bons costumes, incitam a violência, pornografia, corrupção e mentiras que alienam nossas crianças tornando-as vítimas desse sistema excludente? Na verdade a Globo, que representa a ideologia da classe dominante, teme e luta para exorcizar a nossa sociedade dos males causados por livros, como os do Mário Schmidt, entre outras causas pelo seguinte motivo:

Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. [...] dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação (SAVIANI, 1985, p. 59).

O desejo da classe dominante é que os valores por ela criados, defendidos e veiculados, se perpetuem sem questionamentos e sejam internalizados em todas as gerações, seguindo uma normalidade harmônica:

Na medida que a ideologia é assimilada e aprendida na consciência e veiculada ou divulgada através do discurso, as contradições sociais reais que o indivíduo vive objetivamente na prática social perdem sua total dimensão pela visão ideológica importada e interiorizada na consciência do indivíduo (BETTINI, 1984, p. 16).

Instalada a polêmica, vejamos a partir do conceito de ideologia de Marx, do Aparelho Ideológico do Estado de Althusser, da discussão da Microfísica do Poder de Michel Foucault e do poder simbólico, capital cultural e reprodutivismo de Bourdieu, como se trava a luta de idéias para estabelecer o pensamento da classe dominante. Como a educação, a escola e o livro didático cumprem seu papel de expressar o pensamento da classe dominante? O que acontece quando alguém (como Mário Schmidt) dissemina uma ideologia diferente da dominante? Ser claro, preciso, transparente e neutro são características atribuídas a um material didático de qualidade. No entanto,

como produto de uma sociedade que se estrutura a partir de uma determinada ideologia, até que ponto pode um livro didático ser neutro? O que consideramos um livro neutro e um livro ideológico? Na verdade a neutralidade é uma utopia.

Em *Os Aparelhos Ideológicos do Estado* (2007), Althusser discorre a respeito da estabilização da ideologia da classe dominante. Ele coloca que isso só foi possível pela formulação do conceito de ideologia como “uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 2007 p.77), e na medida em que ela interpela os indivíduos e os constitui em sujeitos que aceitam seu papel dentro do sistema das relações de produção. Segundo Althusser (2007, p.81), é “a natureza imaginária (da relação entre os homens e as suas condições reais de vida) que fundamenta toda a deformação imaginária que se pode observar em toda ideologia”. Althusser faz uma distinção entre o Aparelho repressivo do Estado e o Aparelho Ideológico do Estado:

O que distingue o AIE do Aparelho (repressivo) do Estado é a seguinte diferença fundamental: o Aparelho Repressivo do Estado “funciona através da violência” ao passo que os Aparelhos Ideológicos do Estado “funcionam através da ideologia” (ALTHUSSER, 2007, p. 69).

No entanto Althusser reconhece que tanto um aparelho (ARE/IAE) como outro pode fazer uso da violência ou da ideologia em termos práticos, chegando até a confundir-se entre si (ALTHUSSER, 2007, p 70). Para o autor, essa estabilização se dá através dos aparelhos ideológicos do Estado, isto é, das instituições sociais que disseminam a ideologia dominante, assegurando, dessa forma, sua perpetuação no poder. Devemos lembrar que esses órgãos (exército, escola, sindicatos, etc.) são formados por pessoas que sofrem manifestações (influências) ideológicas e repressivas presentes na sociedade. Portanto, segundo Gramsci (1968), esses sujeitos podem atuar tanto como reprodutores, quanto criadores dos ideários dominantes. Althusser vê no sistema social certos dispositivos que, ao serem acionados, tendem a manter as classes dominantes no Poder. Os chamados aparelhos ideológicos de Estado têm como finalidade manter e gerar a reprodução social. Como esses dispositivos são ideológicos, ocorre então uma sujeição do sujeito a essas ideologias; o sujeito que é submetido a essa

sujeição não percebe que está sendo sujeitado, pois essas ideologias são constituídas por crenças que o fazem aceitar que as estruturas sociais existentes são boas, necessárias e desejáveis. Althusser comenta que “[...] o AIE que assumiu a posição dominante nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classe política e ideológica contra o antigo aparelho ideológico do Estado dominante, foi o escolar” – (Althusser, 2007, p. 84).

Entre esses aparelhos ideológicos estão, além da família e da mídia, a escola e, conseqüentemente, o livro didático, que é um dos responsáveis por regular, dentro do ambiente escolar, o que é possível ou não ser dito. Assim, é impossível pensarmos em uma neutralidade por parte do livro didático. Como produto social, ele é na sua gênese impregnado de ideologia e, como produto escolar, tem a função de manter as relações sociais e estabilizar a ideologia que representa. Mas è possível também incluir a escola privada como sendo parte do Aparelho Ideológico do Estado? Althusser responde:

[...] podemos constatar que enquanto que o Aparelho (repressivo) do Estado, unificado, pertence ligeiramente ao domínio público, a maior parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado (em sua aparente dispersão) remete ao domínio privado. As Igrejas, os Partidos, os Sindicatos, as famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais etc, etc são privadas (ALTHUSSER, 1987, p. 69).

O trecho do artigo de Kamel corrobora as idéias levantadas por Althusser, pois como representante de um aparelho ideológico do Estado, a mídia (Ali Kamel é jornalista das Organizações Globo), ele assume uma posição contrária à inclusão de um livro didático que apresenta uma ideologia diferente daquela dominante na sociedade brasileira capitalista. No trecho em questão, o jornalista faz um apelo, incitando os aparelhos ideológicos do Estado a cumprirem sua função de estabilizar a ideologia vigente, não permitindo que outra ideologia circule dentro da escola por meio de um livro didático, o que reforça a noção de não-neutralidade do livro didático. Vale lembrar o que Marx fala a respeito da ideologia dominante quando diz que: “A ideologia dominante é a ideologia da classe dominante”. Mas o que vem a ser a ideologia? Chauí diz que:

[...] é o resultado de uma elaboração intelectual sobre a realidade, feita pelos pensadores ou intelectuais da sociedade- sacerdotes, filósofos, cientistas, professores, escritores, jornalistas, artistas-, que descrevem e explicam o mundo a partir do ponto de vista da classe dominante de sua sociedade. (CHAUÍ, 2008, p. 174).

Por meio da ideologia, o ponto de vista, as opiniões e ideias de uma das classes sociais- a dominante e dirigente- tornam-se o ponto de vista e a opinião de todas as classes e de toda a sociedade. Pode-se afirmar que Marx e Engels procuraram aprofundar o conceito de ideologia no prefácio da obra *Uma Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859. Ali analisam que a ideologia não é somente uma falsa visão da realidade (como proposto na *Ideologia Alemã*). Mais do que isso, a ideologia expressa o interesse da classe dominante e articula seus interesses. Neste sentido, a ideologia representa relações de classe, mas faz isso de forma ilusória, ou seja, apresenta o interesse de uma classe (dominante) como se fosse o de toda a sociedade:

[...] Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim (Marx e Engels, 2000, p.78).

O episódio da cassação dos livros do Mário Schmidt expõe claramente as entranhas da hipocrisia das instituições, que nada mais são do que aparelhos ideológicos do Estado que reproduzem a ideologia das classes dominantes. Percebe-se que não existe neutralidade alguma na construção dos saberes que devem ser veiculados pelas escolas, enquanto aparelho ideológico reprodutivista. A forma pela qual o sistema educacional é instituído é resultado de decisões políticas que podem repercutir diretamente na organização da sociedade. Como afirmou Paulo Freire (em citação reproduzida por Brandão) um dos maiores educadores que o Brasil já teve: “É tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político” (BRANDÃO, 1985, p. 85). O sistema educacional seja ele público ou privado tem como objetivo a socialização e integração os futuros cidadãos

de acordo com um conjunto de direitos e obrigações. Essa integração se desdobra, em certos casos, em uma função de seleção, pois ela estabelece uma classificação dos indivíduos de acordo com as suas competências. Na concepção Althusseriana a escola (pública ou privada) não é neutra e livre, pelo contrário ela serve a interesses ideológicos da classe dominante:

[...] a escola ensina o “know-how” nas sob formas que asseguram a submissão a ideologia dominante ou o domínio de sua “prática”. Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, sem falar dos “profissionais da ideologia” (Marx) devem de uma forma ou de outra estar “imbuídos” desta ideologia para desempenhar “consciosamente” suas tarefas, seja a de explorados (os operários), seja a de exploradores (capitalistas), seja a de auxiliares na exploração, seja a de grandes sacerdotes da ideologia dominante (seus funcionários) etc... (ALTHUSSER, 1987 p.58).

A dominação por parte do Estado se faz presente pela classe dominante e se mascara por meio de instituições (nas quais o sistema educacional está incluso), que aparentam liberdade, igualdade de direitos e oportunidades para todos. A ideologia enquanto manifestação de um conjunto de valores, representações, crenças, normas etc, perpetua a dominação de classe. A classe dominante utiliza a ideologia para que a classe dominada torne-se submissa aos seus interesses, permitindo a manifestação do poder de classe bem como sua reprodução. Qual a relação entre Estado e ideologia? Segundo Poulantzas, a ideologia constitui um instrumento utilizado para não só legitimar e legalizar, mas também, manter a existência e o funcionamento de um Estado em defesa da classe dominante. Por sua vez, na classe dominante existem interesses econômicos contraditórios no bloco de poder, contudo, estes se transformam em interesses políticos que representam os interesses gerais. Logo, a ideologia dominante instaurada no âmbito do Estado capitalista, unifica as diferentes frações do capital para manter a relação capital e trabalho e a dominação política.

Poulantzas, na obra *O Estado, o poder e o socialismo* (2000) modifica a concepção política do Estado capitalista. Rompe com a visão autônoma do Estado enquanto pregador da individualidade e concorrência no intuito de atenuar a luta de classes, e passa a defender a postura de que o próprio Estado no seu interior incorpora a

luta de classes, sendo que o caminho para o socialismo ocorreria pela democracia liberal avançada.

Devemos a Durkheim a idéia de que, nas sociedades modernas, a escola se tornou o agente de socialização por excelência. No começo do século XX, Durkheim afirmava que, se a escola assumiu e assume cada vez maior importância na transmissão da cultura e na diferenciação social, é em razão do declínio das instituições tradicionais, como a família e a religião. Durkheim adota a seguinte definição para a educação: “A função própria da educação é, antes de mais nada, cultivar o homem e desenvolver os germes de humanidade que estão dentro de nós” (DURKHEIM, 1999, p. 386). Para Durkheim, socializar pela educação significa justamente converter aos princípios e costumes da sociedade. Trata-se de transformar um ser não socializado em indivíduo social, inculcando-lhe as maneiras corretas de pensar e as idéias adequadas, assim como crenças, tradições, valores morais, profissionais ou de classe, aceitos pela sociedade.

Convém estabelecer um paralelo com a abordagem desenvolvida por Michel Foucault, que enxerga a escola e todo aparelho educacional, dentro de uma nova organização de poder que se desenvolveu a partir do século XVIII. Nessa nova organização (onde a escola está inclusa), o poder não se concentra apenas no setor político e nas suas formas de repressão, pois está disseminado pelos vários âmbitos da vida social. Para Foucault, o poder se fragmentou em micro poderes e se tornou muito mais eficaz. Assim, em vez de se deter apenas no macro poder concentrado no Estado, Foucault analisou esses micropoderes que se espalham pelas mais diversas instituições da vida social. Isto é, os poderes exercidos por uma rede imensa de pessoas que interiorizam e cumprem as normas estabelecidas pela disciplina social. Exemplo: os pais, professores e educadores em geral.

Adotando essa perspectiva de análise, conhecida como microfísica do poder, Foucault afirma que “o poder está em toda a parte, não porque englobe tudo” e sim “porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2007, p. 89). Na vida cotidiana, segundo Foucault, esbarramos mais com os guardiões dos micropoderes- os pequenos donos dos poderes periféricos- do que com os detentores dos macropoderes. Em seu

livro *Microfísica do poder*, Foucault explica: “Por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre o outro, mas as múltiplas formas de dominação que se podem exercer na sociedade” (FOUCAULT, 2008, p. 181). O poder, para M. Foucault, é entendido na sua distribuição no todo social e não, como tradicionalmente o é, a partir de um centro do qual ele emanaria: o Estado, os aparelhos estatais. O objetivo de Foucault, como filósofo, foi o de colocar de colocar a mostra estruturas veladas de poder, ele afirmou a relação entre saber e poder quando disse que: “Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha ‘ao compasso da verdade’ - ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm, por esse motivo, poderes específicos” (FOUCAULT, 2008, p.231).

Foucault também adotou como ponto de partida a noção de que os valores- o bem e o mal, o verdadeiro e o falso, o certo e o errado, o sadio e o doente etc. – são consagrados historicamente em função de interesses relativos ao poder dentro da sociedade. Ele caracteriza a sociedade contemporânea como uma sociedade disciplinar, na qual prevalece a produção de práticas disciplinares de vigilância e controles constantes, que se estendem em todos os âmbitos da vida dos indivíduos. Uma das formas mais eficientes dessa vigilância e disciplina se dá, no seu entender, através dos discursos e práticas científicas, aparentemente neutras e racionais, que procuram normatizar o comportamento dos indivíduos. Um exemplo disso seria a construção do pensamento de Marx (com suas idéias de Estado, luta de classes, classe dominante, capitalismo e socialismo), onde parte é “defendido” por Schmidt em seus livros e a sua desconstrução por parte dos seus opositores (Ali Kamel), que tentam por meio do convencimento racional desconstruir suas ideias apresentando o contraponto do pensamento capitalista. Os livros de história do professor Schmidt, aproveitando-se dos espaços e lacunas, oferece resistência a esse estado de coisas, sendo uma voz discordante dentro da estrutura ideológica capitalista que domina os micropoderes presentes na sociedade que parecem estar sob o controle e égide de uma classe dominante. O discurso veiculado pelos livros em questão é apenas um dos múltiplos pontos de resistência à dominação de uma classe seja ela estatal ou pulverizada em micropoderes.

Na visão de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, a socialização escolar, trata-se de algo um tanto quanto perverso. Durkheim se apoiava no princípio da escola libertadora do indivíduo, enquanto Bourdieu e Passeron consideram que a escola reproduz o sistema de desigualdades que o prende as hierarquias sociais. Para eles, a sociedade pode ser identificada a um conjunto de estruturas de poder que moldam os indivíduos, e isso, sobretudo com a ajuda da escola. Segundo eles, a cultura escolar, que está na base da socialização, não é nem universal nem objetiva. Ao contrário, trata-se de uma cultura muito próxima da cultura familiar dos alunos socialmente favorecidos, com quem se estabelece uma convivência tácita. Em vez de concordar com os que consideram que o processo educacional se trata de um processo de seleção baseado nos méritos dos alunos, eles enxergam a existência de um processo arbitrário de seleção social, apoiado na cultura da classe dominante, que é apresentada como a cultura escolar (vez por outra aparece alguém como o professor Schmdit, que quer insurgisse contra o sistema estabelecido e propagar ideias contrárias à cultura escolar).

Tanto diretores, coordenadores, professores e alunos julgam estarem submetidos a regras transparentes e justas baseadas no mérito alcançado pelo esforço pessoal dos alunos, mas sem perceber, apenas legitimam uma ordem social injusta. A reprodução cultural refere-se às formas pelas quais as escolas ajudam a perpetuar desigualdades econômicas e sociais ao longo de gerações. Deve-se ter em vista que a ideologia veiculada pelo professor, na sala de aula ou no conjunto do espaço escolar, tem de se compatibilizar com a ideologia emanada da totalidade do aparelho de Estado capitalista e, em particular, do ramo educacional do aparelho estatal capitalista.

O corpo burocrático estatal se legitima, na sociedade capitalista, pelos princípios da cidadania e da competência: nos termos dessa ideologia igualitária e meritocrática, todos os cidadãos podem pleitear cargos no Estado e, portanto, representar a sociedade na busca do interesse geral, desde que possam comprovar sua competência para o desempenho do trabalho administrativo. Essa ideologia cimenta a coesão interna do corpo burocrático estatal; mas, além disso, ela é essencial para a reprodução da sociedade capitalista. Para que tal reprodução ocorra, é preciso que os princípios da cidadania e da competência se difundam pelo conjunto da sociedade, convencendo

especialmente as classes trabalhadoras de que esses valores regem o funcionamento não apenas do Estado como também de outras instituições sociais (empresa, escola etc.).

Já para a burocracia educacional (Ministério da Educação, Secretarias da Educação, Coordenadorias ou Delegacias de Ensino, direção de escolas públicas), é essencial a difusão social da idéia de que a educação, na sociedade capitalista, está aberta a todos (princípio da cidadania); e de que, nas atividades escolares, leva-se fundamentalmente em conta o mérito dos dois termos da relação pedagógica: o professor e o aluno (princípio da competência). A ideologia da cidadania e da competência desce, portanto, do conjunto do aparelho de Estado capitalista e do ramo educacional do aparelho estatal capitalista na direção da escola, seja ela pública ou privada, e converte-se, dentro da instituição escolar, na moldura ideológica que enquadra.

No livro *Os herdeiros*, Bourdieu e Passeron mostram que os filhos das famílias da classe alta não herdam apenas bens materiais, mas também um capital cultural, que lhes facilita muito lidar com a linguagem escolar. Com efeito, eles têm um contato direto maior com as obras de arte e as produções culturais do que os filhos de das classes mais baixas, por freqüentarem mais teatros, shows e museus. A escola valoriza a “cultura geral”, mas esta não é ensinada na escola. Trata-se, portanto, de um elemento de discriminação dos alunos em função das classes sociais a que pertencem.

Para os jovens das classes sociais mais desfavorecidas, o sistema educacional exerce uma verdadeira violência simbólica. Legitimada pela suposta difusão de uma cultura universal, a socialização educacional consegue disfarçar o papel da linguagem culta e dos métodos pedagógicos que favorecem os “herdeiros” e prejudicam os mais pobres. A desigualdade de classes é reforçada pela escola tradicional, seus métodos administrativos e pedagógicos são autoritários, inibindo o senso crítico dos alunos e reforçando sua passividade diante da realidade social em que vivem. Os livros do professor Schmidt destoam do sistema educacional vigente, pois os mesmos desmascaram e questionam o sistema, dando aos alunos a possibilidade de perceberem as injustiças e amarras impostas pela classe dominante. È em nome da escola reprodutivista que os livros “marxistas” devem ser banidos, sob pena de “contaminarem nossas crianças”. As idéias de Marx contidas nos livros de Schmidt incomodam, pois

questionam, levando os alunos a pensarem e “rebelarem-se” contra o sistema, apontando alternativas de mudanças que não as propostas pelo aparelho ideológico da escola sob o domínio da classe dominante.

A escola bem como todo o sistema educacional é parte do Aparelho Ideológico do Estado. Esse sistema educacional que regula e direciona a vida dos indivíduos materializa-se na escola enquanto instituição construída em torno do simbolismo da sociedade a partir do direcionamento da classe dominante. Os símbolos escolares materializados aqui pelo livro didático têm como objetivo perpetuar e imprimir nas pessoas uma visão de mundo imaginário, segundo a perspectiva da classe dominante. Esse imaginário repleto de símbolos indispensáveis para a dominação ideológica. De acordo com Castoriadis, “as relações sociais reais” a qual demonstra em sua pesquisa, são sempre instituídas, não porque tenham uma vestimenta jurídica, mas porque foram estabelecidas como maneiras de fazer universais, simbolizadas e sancionadas. “As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica” (CASTORIADIS, 1982, p. 142).

A escola e por consequência o sistema educacional como um todo apontam para um poder simbólico no qual os atores sociais “obedecem” as ordens do Aparelho Ideológico orquestrado pela classe dominante. Vez por outra alguém desperta (Mário Schmidt e os seus livros em questão) e tenta “furar o bloqueio”, e é por isso rechaçado e banido do sistema sob pena de contaminar a “harmônica e ordeira” sociedade capitalista. O Aparelho Ideológico do Estado sempre está atento e a espreita no intuito de fiscalizar e garantir que os seus valores sejam absorvidos pelos alunos que são parte da classe dominante ou dominada, e para isso conta com a conivência de todos (com raras exceções) de forma velada e invisível. Bourdieu corrobora com esse pensamento ao dizer que: “[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2003, p. 9).

Muito embora a classe dominante tenha a sua disposição todos os recursos do aparelho ideológico do Estado para manter seu *status quo*, e o poder, sempre haverá “brechas” e lacunas de onde se produzirão discursos e lutas de resistência à dominação

por parte daqueles que conseguem despertar do sono alienante da ideologia da classe dominante, como tivemos oportunidade de observar a partir dos discursos “revolucionários” que foram construídos pelo professor Mário em seus livros didáticos:

Lá onde há poder, há resistência. (...) Não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa - alma de revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistência, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício (...) E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução, um pouco à maneira do Estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder. (FOULCAULT, 2007, p. 94)

Há um provérbio de autoria desconhecida que diz que “morrem os homens, mas não morrem as idéias”. Sempre haverá aqueles que inconformados com a *Matrix Capitalista*, despertarão de sua alienante condição e lutarão por um mundo melhor, mais justo e solidário. As contradições do sistema capitalista darão a luz aqueles que se recusarão a usar os seus grilhões e romperão as cadeias que os prendem. Algemas são algemas, e ainda que sejam de ouro, continuarão a cumprir seu papel que é de prender, de alienar, de tirar a liberdade, a única forma de ser o contrário é abrir as algemas e destruí-las para que elas não mais inoculem o seu veneno inebriante, que prende que aliena e rouba toda a dignidade do ser humano.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. São Paulo: Graal, 2007.

BETTINI, R. F. A. J, **O Discurso do Professor Universitário**, Piracicaba, 1984, 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Metodista de Piracicaba Centro de pós-graduação.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRANDÃO, H.H.N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2008.

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

EDITORA NOVA GERAÇÃO. **O livro didático que a Globo quer proibir**. 29 out. 2007. Disponível em: <<http://ocioecultura.blogspot.com/2007/10/livro-didatico-de-historia.html>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2012.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

_____. Conceitos sociológicos fundamentais. In **Escritos & Ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

FOULCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2008.

_____. **História da sexualidade**. São Paulo: Graal. Volume I, 2007.

GRAMSCI, A., **Os intelectuais e a organização da cultura**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1968.

LENIN, V.I. **O Estado e a Revolução**. O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo; Expressão Popular.

KAMEL, A. O que ensinam às nossas crianças. *O Globo*, Rio Janeiro, 18set. 2007, p. 7.

MARX, Karl. Prefácio [à crítica da economia política] (1859) In: **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MARX, Karl e Friedrich Engels. **A ideologia alemã**. 2a ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

POULANTZAS, NICO. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Graal/Paz e Terra, 2000.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo, SP: Editora Autores Associados: Cortez Editora, 1985, 7ª Ed. 96p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, V.5).

SCHMIDT, Mário. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2001

REVISTA
CONVERGÊNCIA
CRÍTICA